

Promulgada garantia de recursos para irrigação

O Congresso promulgou ontem, em sessão solene, a emenda constitucional que prorroga por dez anos a garantia de aplicação, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação.

O prazo atual, que se iniciou em 1988, terminaria este ano. A proposta não modifica os percentuais, que continuam sendo de 20% para a Região Centro-Oeste e de 50% para o Nordeste, preferencialmente no semi-árido.



Célio Azevedo

SESSÃO SOLENE João Paulo, Sarney e Inocêncio Oliveira na promulgação da emenda constitucional

Página 8

J. Freitas



Guido Mantega participa de audiência pública na Comissão de Orçamento do Congresso

Mantega prevê juros reais em 7% este ano

Segundo o ministro, governo trabalha com a meta de reduzir os juros básicos da economia para 13% nominais até o fim do ano. Com isso, os juros reais cairiam de 10% para 7%.

Página 5

TSE adia julgamento de Capiberibe

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou ontem à noite a conclusão do julgamento do senador João Capiberibe e de sua mulher, a deputada federal Janete Capiberibe.

Página 4

CPI e Plenário discutem os conflitos no campo

Os conflitos pela posse da terra dominam os debates no Plenário. Os senadores Jefferson Péres, Osmar Dias e Sérgio Guerra fazem advertência ao governo sobre as invasões comandadas pelo MST, enquanto Aelton Freitas sugere negociação com os envolvidos. A CPI Mista da Terra vai enviar parlamentares a Pernambuco

Páginas 6 e 7



Moisés Moritz

APELO Senadores ouvem discurso de Suplicy a favor de um acordo que viabilize a votação da MP

MP impede tramitação de 99 projetos

A falta de acordo para votação levou ontem o senador Delcídio Amaral, relator-revisor, a pedir mais tempo para discutir com a oposição uma emenda apresentada à medida provisória que cria 2.793 cargos comissionados no Executivo. Assim, a MP mantém trancada a pauta do Plenário, impedindo o exame de 99 projetos. Para votá-la, o PSDB propõe a convocação do ministro José Dirceu, a fim de explicar os critérios das contratações.

Página 3



ESPERA Segundo Leonel Pavan, estado continua aguardando cumprimento de promessas

Pavan pede ao governo ajuda para estado de Santa Catarina

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) dirigiu apelo ao governo federal para que ajude a população do estado de Santa Catarina que está sofrendo com os efeitos de estiagem, inundações, chuva de granizo e "até ciclone".

Pavan lembrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu votação "histórica" dos eleitores do estado.

– O povo catarinense, acreditando no discurso e nas promessas eleitorais, deu ao candidato Lula a maior porcentagem de votos do Brasil, acreditando em maiores melhorias para Santa Catarina e para o país – assinalou, enfatizando que o resultado foi o oposto do prometido. "O povo vem sofrendo com a estiagem, e o governo federal não ajuda em nada o povo catarinense", afirmou Leonel Pavan.

Conforme estimativas oficiais, os prejuízos dos produtores catarinenses com a quebra da safra de grãos 2003/2004, provocada pelos problemas climáticos, já somam R\$ 334,9 milhões, com perdas de 666,9 mil toneladas de grãos, disse.

Garibaldi elogia programa para desenvolver turismo

Um dos objetivos do projeto é capacitar, nos municípios, pessoal para o setor, destaca o parlamentar

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, implementado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu em Plenário elogio do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). No primeiro semestre, já foram destinados R\$ 20 milhões a oficinas de planejamento, atividades necessárias à capacitação de profissionais nos municípios que integrarão o programa, informou



NORDESTE Garibaldi diz que projeto marcará início de nova fase para o setor na região

Garibaldi.

O objetivo, segundo disse, é diversificar a oferta turística brasileira, ordenando os pro-

dutores em roteiros, de forma a valorizar a diversidade regional do país.

Conforme Garibaldi Alves, o empreendimento tem três vertentes principais: identificação do potencial das regiões, qualificação de pessoal e execução de obras físicas. Além disso, assinalou, "poderá ser usado para carrear verbas a serem aplicadas na promoção de produtos turísticos".

– O Nordeste, embora privilegiado pela natureza, precisa de mais aportes de recursos do governo para o fomento do turismo. E espera ansiosamente que o programa marque o início de uma fase de desenvolvimento e prosperidade.



PUNIÇÃO Para Hélio Costa, nova alíquota prejudica diversos setores da economia nacional

Costa defende a isenção da Cofins para insumo agrícola

Ao comentar que o impacto da elevação de 3% para 7,6% na alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) atingirá duramente diversos setores da economia brasileira, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu alterações na Medida Provisória 135, que tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR). Uma das mudanças propostas por ele foi a isenção da Cofins na importação de insumos agropecuários, como fertilizantes e defensores agrícolas.

Citando levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), Hélio Costa informou que, dos 93 setores mais importantes da economia brasileira, 67 terão aumento efetivo de carga tributária devido à elevação da alíquota da Cofins.

Ele acrescentou que, segundo o instituto, levando-se em conta a média dos setores pesquisados, a elevação da Cofins representará aumento real de 33,67% no custo efetivo das empresas.

Pesar pela morte de desportista

A pedido de Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Alberto Silva (PMDB-PI), o Senado encaminhará voto de pesar pela morte do desportista piauiense Pedro Alelaf, ocorrida na terça-feira. Alelaf, que estava internado desde a semana passada, tinha 87 anos.

Segundo Mão Santa, o desportista era presidente de honra do Parnaíba Esporte Clube e foi vice-presidente da Federação de Futebol do Piauí.

Agenda

Sessão é destinada a debate de temas diversos

A sessão de hoje, com início previsto para as 9h, é não deliberativa, ou seja, sem votação de projetos. Os primeiros parlamentares inscritos para discursar na tribuna são os senadores Mozarildo Cavalcanti

(PPS-RR) e Mão Santa (PMDB-PI). Na próxima semana, o Plenário retoma a votação dos projetos de conversão oriundos de medidas provisórias que estão trancando a pauta.

Público pode conhecer mapas antigos

Está aberta ao público a exposição *O Tesouro dos Mapas*, que reúne mapas e objetos náuticos antigos. A mostra, no Salão Negro do Congresso, vai até 1º de agosto e pode ser visitada nos horários: de terça a sexta, das 9h30 às 17h30, e nos sábados, domingos e feriado, das 9h às 17h. Informações: (61) 2161771.



Violência em discussão

Na segunda-feira, às 18h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Subcomissão de Segurança Pública discutem a violência no Rio de Janeiro. Deve ser ouvido, entre outros, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

TRF homenageia Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 16h, o Colar do Mérito Judiciário "Ministro Nelson Hungria", no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. É uma homenagem pelos relevantes serviços prestados ao tribunal.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Sibá defende Lula e garante mínimo de R\$ 280

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu o tratamento que vem sendo dado aos servidores públicos pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e garantiu que o salário mínimo irá para R\$ 280, desde que os estados e municípios tenham também condições de pagar essa quantia.

– O nosso governo está resgatando o serviço público no Brasil, restaurando a dignidade dos servidores. Como todos podem ver, já acabamos com a era do reajuste zero – afirmou o senador.

Sibá Machado fez uma comparação do tratamento dispensado ao servidor público pelos governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

– O período Collor foi, talvez, o pior momento dos servidores em toda a história republicana do país – analisou.

O senador lembrou que, sob o argumento de que a administração pública tinha servidores em excesso, Collor demitiu 44 mil funcionários públicos federais, “com base em um liberalismo primitivo”.

O governo Itamar Franco, por



CONDIÇÕES Segundo Sibá, reajuste só será possível se estados puderem pagar a conta

sua vez, anistiou parte dos 44 mil demitidos, desde que a demissão tivesse sido ilegal ou houvesse motivação política no afastamento, além de outras condições, como a situação de desemprego, ou dez anos de serviço público ininterruptos sem qualquer punição.

Fernando Henrique, prosseguiu Sibá Machado, anulou as readmissões e criou planos de demissão voluntária.

A administração tucana, enfatizou o senador, também acabou com a estabilidade.

Lula, por sua vez, acrescentou, estabeleceu metas de eficiência, abriu novos concursos públicos, respeitou os anistiados, e está buscando dar os melhores reajustes salariais possíveis e modernizar as relações de trabalho.

– O governo está ainda negociando com os servidores em greve, como os policiais federais, os fiscais agropecuários e os auditores da Receita Federal.

mínimo fosse para R\$ 280, mas se viu superado pela própria base do governo. Segundo o senador, essa administração tem capacidade de dar um aumento superior ao que ele julgava o máximo possível para não comprometer as contas públicas.

Com a sua proposta, Virgílio disse que pensava colocar o governo contra a parede, mas agora considera que ou suas contas estão erradas ou as do Executivo federal. No entanto, ponderou o líder, um governo que ganhou a eleição com 53 milhões de votos tem o direito de administrar acertando e errando e, assim, vai arcar com as consequências de oferecer aumento acima das expectativas da própria oposição.

Virgílio mencionou a greve da Polícia Federal e as ocupações realizadas pelo MST, para apontar que as duas situações evidenciam uma corrosão da autoridade presidencial.

MP que cria cargos no Executivo tranca pauta

■ Líder do PSDB, Arthur Virgílio pede presença de José Dirceu na CFC para explicar critérios de contratações

Ainda sem acordo para votação da Medida Provisória (MP) 163/04, que cria 2.793 cargos comissionados no Executivo, o relator-revisor da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS), pediu mais tempo para discutir com opositoristas. Com isso, a MP voltará à pauta da ordem do dia do Plenário do Senado na terça-feira.

Logo após a solicitação de adiamento feita por Delcídio Amaral, o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou a apresentação de requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), convocando o



Fotos: Roosevelt Pinheiro

EMENDAS Delcídio Amaral, relator-revisor da matéria, pede prazo para buscar entendimento

ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que explique as razões da medida provisória e informe quais órgãos receberão os novos contratados, sem concurso público.

– Será uma oportunidade para que o ministro José Dirceu informe aos senadores os critérios que serão utilizados pelo

governo do PT para contratar os comissionados. Ele poderá ainda falar sobre várias ações administrativas do governo. Se nos convencer, o PSDB estará pronto a dar voto favorável à MP 163. Se não convencer, a MP não terá o nosso voto – sustentou Arthur Virgílio.

Apelo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que os líderes partidários cheguem a um acordo, pois existem vários projetos prontos para votação e que são importantes para o governo. A MP 163/04 está trançando a pauta desde a última terça-feira. A medida terá de ser votada até o dia 24 de maio, ou perderá eficácia. Ou seja, as pessoas contratadas com base no seu texto poderão ser demitidas. Até ontem, 99 projetos esperavam a desobstrução da pauta para entrar em votação no Plenário do Senado.

Demostenes: governo é omissos diante da violência no país

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) acusou o governo federal e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de omissão e dissimulação no combate à violência no país, particularmente na crise do Rio de Janeiro.

– Lá se vai o segundo abril do governo Lula e a apoplexia administrativa provocada pelo reunismo fez com que o governo federal executasse até agora 0,0001% do orçamento do

Fundo Nacional de Segurança Pública no exercício de 2004. Ou seja, R\$ 856,30.

Demostenes defendeu uma política orgânica para o setor, como a criação de polícia única, em vez da dualidade entre polícias civil e militar. Ele também sugeriu a regulamentação da atuação das Forças Armadas na missão de combate ao crime organizado,

além de penas mais severas para crimes violentos, que envolvam tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e corrupção. O senador definiu o ministro da Justiça como “acaciano sem reparo, um personagem de Eça de Queiroz, especialmente quando se encontra com a dissimulação”.

– Vago em gesto e pensamento – prosseguiu Demostenes –, o ministro, diante do banho de sangue no Rio de Janeiro, decidiu tatear o extremo da própria passividade.

Segundo o senador, o ministro manteve-se omissos até a segunda-feira passada.

Efraim apresenta propostas da Anfip para a Previdência

Ao destacar a importância de o Congresso contribuir na busca de medidas que garantam a auto-sustentação do financiamento da seguridade social, o senador Efraim Morais (PFL-PB) apresentou estudo elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip). Ele ressaltou duas das sugestões dos fiscais previdenciários: uma baseada no faturamento líquido das empresas e a outra na redução da cota patronal para empresas com muita mão-de-obra.

A primeira proposta, segundo o senador, estabelece a Contribuição Social sobre o Faturamento Líquido. O tributo incide sobre a diferença entre o faturamento bruto e a folha de salários, que atualmente serve de base para a contribuição previdenciária. A Anfip prevê a diminuição gradual da contribuição sobre a folha de salários, à medida que se amplia a arrecadação sobre o faturamento.

A outra, informou o senador, baseia-se na redução da cota previdenciária patronal pela relação entre a folha de salários e o faturamento bruto, o que implicaria aumentar a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A idéia, esclareceu Efraim, é favorecer empresas e segmentos econômicos com uso intensivo de mão-de-obra.



Para Efraim, sugestões buscam a auto-sustentação da seguridade social



CORREÇÃO Virgílio afirma que sua proposta foi superada pela base do governo

Virgílio fica com maior percentual de reajuste

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que vai votar na proposta de aumento para o salário mínimo que garantir o maior percentual de reajuste. Ele observou que pretendia apresentar emenda sugerindo que o



Demostenes quer criação de polícia única e adoção de penas mais severas

Biografia de senadoras é lançada na Bienal do Livro

Com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi aberta ontem a 18ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo. A feira, que vai até o dia 25, terá 262 expositores, representando cerca de 830 selos editoriais. O Senado Federal participa com diversos lançamentos. Um deles é o livro *Dados Biográficos das Senadoras Brasileiras*. A obra, de distribuição gratuita, traz aspectos da vida das 28 mulheres que já ocuparam cadeira no Senado. O livro faz parte das atividades do Ano da Mulher, instituído em 2004. Estarão presentes à bienal, entre outros, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e os deputados federais Iara Bernardi (PT-SP), Mariângela Duarte (PT-SP), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Coronel Alves (PL-AP) e César Medeiros (PT-SP). O livro terá distribuição gratuita.

Hoje, às 15h, haverá o lançamento da edição comemorativa dos 450 anos da cidade de São Paulo, uma coletânea composta pelos livros *Na Capitania de São Vicente*, do ex-presidente e historiador Washington Luís; *História da Cidade de São Paulo*, de Afonso d'Escagnolle Taunay; e *História da Capitania de São Vicente*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme. Cada livro será apresentado por um dos senadores paulistas – Aloizio Mercadante (PT), Eduardo Suplicy (PT) e Romeu Tuma (PFL) –, que estarão presentes ao evento.

Amanhã, às 17h, o presidente do Senado, José Sarney, e o 1º secretário da Casa, Romeu Tuma, entregam uma coleção de livros impressos em braile pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) a quatro entidades paulistas. São elas: Associação de Deficientes Visuais e Amigos (Adeva), Fundação Dorina Nowill, Instituto de Cegos Padre Chico e Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara).

Diariamente, o estande do Senado Federal na Bienal Internacional do Livro promove apresentações de teatro mamulengo (fantoques) pelo funcionário da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e artista plástico Josias Wanzeller, com a peça *O Menino sem Nome*, de sua autoria.

TSE transfere julgamento de Capiberibe para dia 27

■ Decisão se deve ao fato de o ministro Sepúlveda Pertence se declarar impedido de votar

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou para o próximo dia 27 a conclusão do julgamento do senador João Capiberibe e de sua mulher, a deputada federal Janete Capiberibe, ambos eleitos pelo PSB do Amapá, acusados de captação ilícita de votos na campanha eleitoral de 2002. No início da sessão plenária de ontem, o processo foi retirado da pauta depois que o presidente do TSE, ministro Sepúlveda Pertence, se declarou impedido de participar do julgamento, no caso de haver em-



PROCESSO Julgamento de João Capiberibe pelo TSE deverá ser retomado desde o início

pate, “por motivo superveniente de foro íntimo”. Segundo o Regimento Interno, o julgamento da matéria exigia quórum de sete ministros.

O TSE terá de convocar agora um dos três ministros subs-

titutos do Supremo Tribunal Federal – Gilmar Mendes, Celso de Mello ou Marco Aurélio. O julgamento deverá ser retomado desde o início, com a leitura do relatório e voto do ministro relator, Carlos Velloso, e as sustentações orais das partes. No dia 1º de abril, quando o julgamento teve início, três ministros votaram a favor da cassação dos mandatos do casal Capiberibe. São eles: Carlos Velloso, Peçanha Martins e José Delgado. Fernando Neves, o quarto ministro a votar, e que havia pedido vista dos autos, não chegou a proferir seu voto durante a sessão.

O advogado Paulo Costa Leite, ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça, foi contratado pelo senador Capiberibe para reforçar sua defesa.

Mesquita Júnior destaca apoio ao casal Capiberibe

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) registrou sua solidariedade ao senador João Capiberibe e sua esposa, a deputada Janete Capiberibe, em relação ao processo de cassação de seus mandatos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mesquita Júnior registrou que acessou um *site* na Internet que reúne manifestações favoráveis a Capiberibe.

– São manifestações de apoio vindas de parlamentares europeus, artistas brasileiros, governadores, jornalistas, pesquisa-

dores e cidadãos de mais de 15 países – relatou.

Mesquita Júnior destacou ainda artigo do governador do Acre, Jorge Viana, publicado ontem pelo *Jornal do Brasil*. O governador, que sofreu processo semelhante, manifesta preocupação com a possibilidade de cassação dos mandatos de Capiberibe e sua esposa.

O evento “Diálogo público – TCU em conversa com o cidadão” foi elogiado por Mesquita Júnior, que visitou o ministro Valmir Campelo. De acordo



SOLIDARIEDADE Mesquita Júnior diz que manifestações provêm de mais de 15 países

com o senador, o evento, com participação de 300 pessoas, tem a finalidade de levar conhecimento ao gestor público.

Suplicy exalta argumentos de Dalmo Dallari

Em nome da liderança do PT, o senador Eduardo Suplicy (SP) exaltou a “imparcialidade e juridicidade” de artigo do jurista Dalmo de Abreu Dallari, publicado ontem pelo jornal *Correio Braziliense*, sobre o processo de cassação dos mandatos do senador João Capiberibe e da deputada federal Janete Capiberibe, que está sendo julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dallari assume a defesa de Capiberibe, denunciando pela suspeita de envolvimento com a compra de votos nas eleições de 2002.

– Derrotada nas urnas, inconformada pela perda dos privilégios, a oligarquia amapa-



ARTIGO Eduardo Suplicy aponta “importantes lições” do jurista em defesa de Capiberibe

ense tenta cassar os mandatos conferidos pelo povo dentro da mais estrita legalidade – escre-

ve o jurista. Em outro trecho, o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) observa que a denúncia já havia sido rejeitada pelo TRE do Amapá sob o argumento de fragilidade da prova produzida para comprovar a suposta fraude eleitoral.

Suplicy disse esperar que “as importantes lições” dadas por Dalmo Dallari sejam ouvidas pelos ministros do TSE.

Em seguida, lembrou que amanhã transcorrem oito anos do massacre de Eldorado dos Carajás, em conflito entre sem-terra e policiais militares no Pará, sem que os responsáveis tenham sido punidos.



COLABORAÇÃO Malta ressalta que Santoro foi eficiente na ajuda à CPI do Narcotráfico

Magno Malta faz elogio ao subprocurador José Santoro

O senador Magno Malta (PL-ES) homenageou e fez um desagravo da tribuna, como líder de seu partido, ao subprocurador-geral da República José Roberto Santoro, acusado por autoridades do governo de usar o caso Waldomiro Diniz para desestabilizar o governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– José Roberto Santoro dignifica o cargo que ocupa, tem agido com dignidade ao longo de sua vida pública e não poderia de forma alguma ter sido exposto como foi – disse Magno Malta.

O senador acrescentou que foi presidente da CPI do Narcotráfico, que resultou em vários indiciamentos de chefes do crime organizado no Espírito Santo e na cassação e prisão do ex-deputado Hildebrando Paschoal, um dos chefes do crime organizado no Acre.

– Sem José Roberto Santoro, a CPI do Narcotráfico não teria sido tão eficiente. O Espírito Santo está de luto com o afastamento dele, enquanto os criminosos no meu estado estão soltando foguetes e comemorando – acrescentou.

Magno Malta disse que a punição a José Roberto Santoro foi “um tiro no próprio pé” desfechado pelo Ministério Público. “Quero aqui fazer um desagravo ao subprocurador, um homem que sempre honrou seu cargo”, encerrou.

Papaléo reclama de “falta de respeito” do governo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) classificou como “falta de respeito” e “falta de sensibilidade” do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, o cancelamento de uma audiência marcada para ontem, às 15h30, sem previsão de data e horários futuros. Papaléo explicou que a audiência havia sido marcada com grande antecedência para que as lideranças e as bancadas dos estados do Amapá, Roraima e Rondônia fossem mobilizadas para tratar da revisão do plano de carreira dos servidores e policiais militares dos ex-territórios federais.

– Eis aí a total falta de respei-



DECEPÇÃO Papaléo lamenta cancelamento de audiência com ministro do Planejamento

to aos representantes que buscam ajudar o governo a resolver as questões criadas no próprio governo – protestou.

Mozarildo quer reajuste para servidor de ex-territórios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez ontem um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que estenda o aumento de salário a ser con-

cedido aos servidores federais aos funcionários dos ex-territórios, agora transformados nos estados de Roraima, Rondônia, Amapá e Acre.

Mozarildo explicou que os ex-territórios têm um quadro de funcionários em extinção, não há novas admissões e os poucos servidores que restam estão para se aposentar. Apesar disso, acrescentou, eles têm sido constantemente injustiçados, como está ocorrendo outra vez, já que se cogita excluí-los do aumento de salário do funcionalismo.

De acordo com o senador, a bancada desses estados já solicitou uma audiência ao ministro Guido Mantega.



INJUSTIÇA Mozarildo lembra que os poucos funcionários que restam estão se aposentando

Jucá destaca compromisso do ministro de rever decisão

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou o compromisso assumido pelo ministro Guido Mantega de rever a hipótese de excluir os servidores públicos federais dos ex-territórios (Amapá, Acre, Rondônia e Roraima) do reajuste a ser concedido à categoria.

Após tratar do assunto com o ministro, o senador peemedebista ressaltou a disposição de Mantega de reavaliar “essa posição discriminatória contra esses servidores e esses estados pobres”.

– Mantega se mostrou sensível ao nosso apelo e garantiu que Roraima terá direito ao reajuste – informou.



BANCADAS ATENTAS Jucá garante que Mantega não vai excluir servidor do aumento

Jucá convocou as bancadas do Amapá, Acre, Rondônia e Roraima a ficarem atentas ao cumprimento da medida.

Mantega assegura: juros reais devem cair para 7%

■ Ministro fala aos parlamentares da CMO e garante que taxa Selic deve ser reduzida para 13% até o fim do ano

A equipe econômica está trabalhando com a meta de reduzir os juros básicos da economia para 13% nominais até o fim do ano, com um corte de três pontos percentuais na atual taxa Selic, fixada em 16% pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na quarta-feira. Os juros reais, que estão em torno de 10%, cairiam para 7%, segundo o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega.

Essas metas constam do cenário macroeconômico apresentado pelo ministro aos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ele reforçou a disposição do governo de alcançar as médias praticadas por alguns países emergentes, que chegam a 3,5% e a 3% de juros reais. Guido Mantega mostrou a trajetória descendente da inflação e do custo do crédito e de outros indicadores, como a relação entre dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), que indica a capacidade de solvência do país, que baixou de 58,2% em dezembro de 2003 para 57,6% em abril deste ano.



OTIMISMO Ao lado do deputado Pauderney Avelino, o ministro Guido Mantega (E) prevê superávit comercial de US\$ 27,2 bilhões

O superávit comercial, segundo ele, deve subir dos US\$ 24,8 bilhões registrados no fim do ano passado para US\$ 27,2 bilhões este mês.

– Isso mostra o êxito da política de comércio exterior do país. Estamos montando um colchão de segurança contra as turbulências do mercado internacional – ressaltou.

O ministro reafirmou que o caminho escolhido pelo governo está correto.

– Teríamos levado o país ao caos se tivesse sido outra a opção. O governo Lula teria terminado em três meses. O câmbio iria para R\$ 5 a R\$ 6. Haveria uma combinação entre inflação alta e recessão – avaliou, explicando que muitas alternativas foram consideradas pela equipe econômica do então candidato à Presidência, inclu-

sive a hipótese de uma centralização cambial.

Guido Mantega classificou de uma “verdadeira tarefa de equilibrista” a definição do novo salário mínimo. Isso porque o governo, segundo ele, tem que compatibilizar o esforço de aumentar o mínimo sem “quebrar os municípios” e comprometer as contas da Previdência.

O ministro mostrou ainda que o governo mantém a expectativa de que o *board* do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprove na sua reunião anual, no fim deste mês, a proposta brasileira de retirar do cálculo do superávit primário os investimentos públicos das estatais que apresentem retorno. O FMI já aceitou excluir os investimentos com saneamento de R\$ 2,9 bilhões da meta de superávit.

Agripino sugere compulsório bancário menor

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, sustentou que o governo “não tem feito nada” para reduzir os juros para os consumidores. Ele informou que, no ano passado, os bancos que operam no Brasil cobraram um *spread* (diferença entre captação e aplicação) de 44% ao ano, a maior taxa de todo o mundo, conforme levantamentos de empresas especializadas.

– Esse *spread* pode ser reduzido. Basta diminuir o compulsório que os bancos são obrigados a depositar no Banco Central e reduzir os impostos que incidem sobre as operações financeiras. E por que ninguém fala disso? Pois eu, a partir de agora, vou questionar isso diariamente – afirmou o líder pefelista.

Para o senador, o custo do di-



COTIDIANO Agripino anuncia que vai insistir diariamente na redução de juros

nheiro no Brasil é caro também porque, obedecendo à lei da oferta e da procura, trata-se de uma mercadoria escassa, pois o governo brasileiro acaba “comprando” a sua quase totalidade, para rolar a sua dívida.

O aumento de 13,4% na arre-

cação federal no mês de março, comparado ao mesmo mês do ano passado, foi motivo de crítica de José Agripino.

No ano passado, lembrou, os partidos de oposição lutaram contra a ampliação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a baixa correção da tabela do Imposto de Renda e o aumento da Contribuição sobre o Lucro Líquido das empresas.

– O governo federal dizia que isso não iria aumentar a carga tributária. O primeiro resultado saiu agora e mostra um recorde de arrecadação de impostos. O aumento dos impostos pode ser bom para o governo, mas é muito ruim para quem procura emprego ou para empresas que vivem no sufoco – sustentou.



PREOCUPAÇÃO Jefferson aponta atividades do MST e xingamentos a ministro

Jefferson Péres denuncia erosão da autoridade

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) advertiu para o processo de erosão da autoridade que o país está vivendo. Ele citou, como “exemplos preocupantes”, as ações do MST, a falta de resposta do governo a essas ações e os xingamentos ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, feitos por grevistas da Polícia Federal (PF).

O parlamentar amazonense citou com espanto as ameaças feitas por líderes do MST em Pernambuco de invadirem o Palácio das Princesas, sede do governo estadual. Ele considerou absurdo que o movimento tenha deixado de cumprir três decisões judiciais mandando desocupar terras invadidas.

Jefferson recriminou funcionários da PF por terem xingado o ministro da Justiça durante manifestação realizada na quarta-feira em frente ao ministério. O senador mencionou denúncia de que cientistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estão sofrendo pressões políticas para mudarem decisões de caráter estritamente técnico.

Jefferson Péres também criticou um parlamentar por ter pedido a cabeça do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, como forma de pressionar o governo a nomear um apadrinhado para delegado da Receita Federal.

Osmar Dias exige ação de Lula contra as invasões

“O governo federal faz cara de paisagem enquanto o campo está em polvorosa”, afirma senador

Osmar Dias (PDT-PR) cobrou providências do governo federal ao destacar a publicação de matéria na edição de ontem do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulada “A batalha do homem só”. O texto noticia que o fazendeiro Luiz Antonio de Barros Coelho Júnior, 35 anos, acuado pelos sem-terra, teve que construir barricadas, com sacos de areia, na casa-sede de sua fazenda, no Pontal do Paranapanema (SP).

– O governo federal faz cara de paisagem enquanto o campo está em polvorosa – lamentou o senador. Para ele, a fotografia



DESGASTE Segundo Osmar Dias, presidente da República vem perdendo autoridade

que ilustrou a matéria (em que aparece Luiz Antonio e sua casa protegida pelos sacos de areia) é o retrato da perda de autoridade do governo Lula. Ele opinou que o presidente da República perde autoridade quando

permite invasões de terra e não garante a reintegração de posse, ou quando descumpra sua palavra (como ao não garantir a aprovação, na Câmara dos Deputados, da PEC paralela da Previdência Social).

– Veja a que ponto chegamos. E o pior é que o presidente Lula é quem está patrocinando essa bagunça. Para onde estamos caminhando? Eram essas as mudanças que prometeram para o país: subverter a ordem, desrespeitar a Constituição, descumprir acordos, desrespeitar os cidadãos?

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou que as invasões de terra estão diminuindo a autoridade do governo. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que o governo do PT modificou o lema da Bandeira – “Ordem e Progresso” – para “Desordem e Regresso”.

Sérgio Guerra adverte: problema fundiário pode estar fora de controle

Há indícios de que o problema fundiário está fora de controle no país, comentou ontem o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) ao divulgar em Plenário carta endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinada pelo governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, pedindo providências contra as ocupações de terra patrocinadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na carta, o governador também fala da preocupação de seu governo com o quadro de tensão social gerado pelas 55 ocupações de terras em Pernambuco e pede medidas urgentes.

No documento, Jarbas Vasconcelos lembra o empenho de seu governo no sentido de



TEMOR Sérgio Guerra lê carta do governador Jarbas Vasconcelos a Lula

apoiar os assentamentos já existentes, fornecendo infraestrutura e mantendo seu gabinete aberto ao diálogo, mas lamenta que o MST mantenha uma postura de insubordinação à lei. O governador também critica a morosidade do Ministério do Desenvolvimento

Agrário no encaminhamento das questões.

O governador manifesta maior apreensão, segundo Sérgio Guerra, porque Alexandre Conceição, um dos coordenadores do MST em Pernambuco, declarou que o movimento pretende ocupar hoje o palácio do governo e o Incra local.

Em apartes, Ramez Tebet (PMDB-MS), Heráclito Fortes (PFL-PI) e César Borges (PFL-BA) se somaram às preocupações de Sérgio Guerra. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que manteve contato com Jaime Amorim, um dos coordenadores do MST em Pernambuco, que lhe garantiu que o movimento quer apenas dialogar com o governador e não tem a intenção de ocupar o palácio.



PROPOSTA Aelton Freitas sugere ao governo que abra canal de negociação com envolvidos

Aelton pede novo modelo de reforma para pacificar campo

Além de sugerir medidas pontuais e urgentes destinadas a serenar a tensão entre os proprietários rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o senador Aelton Freitas (PL-MG) propôs ontem que o governo aproveite este momento para repensar o projeto de reforma agrária. Dentro do atual modelo, disse ele, é pouco provável que mesmo um aumento de recursos possa viabilizar uma reforma justa, abrangente e benéfica para a agricultura nacional.

– É hora de o governo usar todo o seu poder de articulação para abrir um canal de negociação amplo com ruralistas e militantes dos sem-terra e redefinir os rumos de uma possível reforma agrária.

O novo modelo, de acordo com Aelton, daria aos ruralistas uma opção à desapropriação. Os proprietários rurais cederiam parte de suas terras para os trabalhadores sem terra produzirem para o seu sustento e, em troca, estes ajudariam a incrementar a produção da propriedade. Na opinião do senador, assim a estrutura agrária seria mudada com menos conflito e de maneira mais acelerada.

Citando reportagem da *Folha de S. Paulo*, Aelton afirmou que, em março passado, foi registrado o maior número de invasões dos últimos cinco anos.

César Borges: governo vive “em um mundo imaginário”

O governo deve sair de seu “mundo imaginário” e apresentar soluções para os graves problemas enfrentados pelo país, afirmou ontem o senador César Borges (PFL-BA). Segundo ele, em sua estratégia de fuga da realidade, cada vez mais hostil, os integrantes da administração petista fazem “discursos virtuais” que negam o fraco desempenho da economia e o caos gerencial.

Aproveitando uma coleção de manchetes de grandes jornais, o senador apresentou um painel da situação brasileira: consumo das famílias tem queda recorde; PIB (Produto Interno Bruto) de 2003 soma R\$ 1,5 trilhão e cai de 12º para 15º do mundo; indústria paulista cresceu apenas 0,2% em fevereiro; carga tributária subiu para 36,11%; investimento sobe em ritmo de conta-go-

tas; comércio adia compras do 2º trimestre; e confiança do consumidor cai em relação ao fim do ano.

– Para o governo, tudo é sempre uma questão de *marketing*. Apesar das constantes declarações oficiais de que já começou o espetáculo do crescimento, o quadro do país não é nada bom – disse César Borges.

O senador citou o exemplo da “propaganda enganosa” preparada

pelo publicitário Duda Mendonça para divulgar os investimentos estatais na agricultura familiar. Outros programas que serviram apenas de máscara, no entender de César Borges, foram o Fome Zero e o Primeiro Emprego. Ele mencionou ainda o problema das rodovias e ferrovias em mau estado, as invasões de terra pelo MST e a polêmica em torno dos produtos transgênicos.



MANCHETES César Borges recorre aos jornais para retratar situação do país

TENSÃO NO CAMPO

Audiência com o presidente da Contag foi interrompida por alerta sobre invasão à sede do governo de Pernambuco. Convite ao ministro Miguel Rossetto para falar à comissão também gerou polêmica



Célio Azeredo

DEPOIMENTO Manoel dos Santos (ao microfone) denuncia crimes contra trabalhadores, pede prioridade para agricultores familiares e defende sistema de assistência técnica

CPI da Terra vai a Pernambuco e convoca ministro

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra vai enviar representantes para verificar a situação dos conflitos pela reforma agrária em Pernambuco. A decisão foi tomada pelo presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), após alerta do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) para a possibilidade de invasão do palácio do governo e da sede estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), hoje, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A denúncia, que interrompeu o depoimento do presi-

dente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos, causou polêmica. Imediatamente o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) telefonou para duas lideranças do MST (Gilmar Mauro, da coordenação nacional do movimento, e Jaime Amorim, da direção de Pernambuco), que lhe asseguraram, segundo relatou, ser intenção do movimento realizar manifestação em frente ao palácio do governo e ao Incra, e não invadir as sedes dessas instituições.

A CPI aprovou convite para o ministro do Desenvolvimento

Agrário, Miguel Rossetto, comparecer a audiência na comissão na próxima terça-feira. Esse foi outro momento tenso na reunião de ontem. A sugestão de Alvaro Dias gerou debate entre os integrantes do colegiado e foi aprovada com abstenção do relator, deputado João Alfredo (PT-CE).

O parlamentar cearense acusou o presidente da CPI de estar tentando constranger o ministro por não lhe conceder o prazo regimental de 30 dias para comparecer ao colegiado, como se deu no caso de outras convocações já realizadas. O senador Sibá Machado (PT-AC) também

cobrou a concessão do prazo.

Polêmica

João Alfredo protestou quando Alvaro Dias, com base em notícia do jornal *Folha de S. Paulo*, disse que o governo federal estaria descartando o uso da MP "antiinvasão". De acordo com João Alfredo, não foi feita a leitura completa da notícia e a declaração não deve ser atribuída ao ministro Rossetto, mas ao secretário-executivo da pasta, Guilherme Cassel. Conforme o relator, o secretário-executivo alegou na declaração ao jornal que a MP não é eficaz.

Em sua defesa, Alvaro Dias afirmou que não estava des-

cumprindo o regimento nem querendo constranger o ministro. Para o presidente da comissão, o momento é adequado para ouvi-lo em razão do acirramento dos conflitos e do fato de os representantes dos trabalhadores já terem falado à CPI. Ainda segundo Alvaro Dias, foi aprovado convite que poderá ser aceito ou não pelo ministro Miguel Rossetto. Também por interferência do senador Eduardo Suplicy, o ministro teria assegurado por telefone, de acordo com Alvaro Dias, que buscará compatibilizar sua agenda para comparecer à reunião da CPI da Terra.

Presidente da Contag cobra atuação dos três Poderes

A pedido do presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o presidente da Contag, Manoel José dos Santos, encaminhará relação dos trabalhadores assassinados em conflitos agrários, para que a comissão possa acompanhar a apuração dos casos. Manoel dos Santos informou que 16 processos ainda não foram concluídos, dos 20 assassinatos de lideranças sindicais no Pará, nos últimos cinco anos. O dirigente afirmou também que 40 líderes sindicais ligados à confederação estão ameaçados de morte.

O presidente da Contag denunciou haver um "sindicato do crime", que tem tabela de preço por morte.

– Para matar padre o preço é maior. Trabalhador rural se mata até por uma garrafa de cachaça. E qual é o latifundiário que está cumprindo pena porque matou trabalhador? – indagou. Ele disse esperar que a CPI contribua para a apuração dos assassinatos e a

prisão dos responsáveis.

Responsabilidades

Para Manoel dos Santos, o sucesso da reforma agrária depende da atuação de todos os Poderes. Como explicou, o Executivo deve se aparelhar por meio dos escritórios do Incra para cumprir a meta de assentar 530 mil famílias em quatro anos. Ele cobrou do Legislativo a aprovação do crédito suplementar de R\$ 1,7 bilhão para a reforma agrária. Também defendeu mudança no Judiciário, que, em sua opinião, privilegia latifundiários ao elevar valores das indenizações no julgamento de processos de desapropriação de terra.

Manoel dos Santos ressaltou a necessidade de discussão sobre a função social da terra, para corrigir desequilíbrios na distribuição da propriedade rural no país. Pediu prioridade para a agricultura familiar e um sistema de assistência técnica público para atender aos assentados.

Senadores debatem questão agrária e pedem fim dos conflitos no campo

Os senadores questionaram ontem, durante audiência da CPI da Terra, o presidente da Contag, Manuel José dos Santos, sobre o que ele considera que deve ser feito pelo governo para realizar a reforma agrária. Todos manifestaram preocupação com as invasões de terras e a necessidade de solução rápida para o assunto.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) perguntou a opinião do convidado sobre o que ela considera um excesso de liminares concedidas pela Justiça para fazer a desocupação de terras. Ela também demonstrou indignação com o fato de o Pará ter gasto R\$ 1 milhão com despesas de desocupações.

Ana Júlia condenou a impunidade no campo e lembrou a chacina de Eldorado dos Carajás, que está completando oito

anos, sem que ninguém tenha sido punido.

– Temos que alterar essa realidade, pois a impunidade é a mãe da violência no campo – declarou.

O senador Sibá Machado (PT-AC) abordou a questão do tamanho ideal das propriedades rurais para promoção da reforma agrária.

Já Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que sua preocupação é com a falta de incentivos à produção. E condenou o governo e os parlamentares da base de apoio que ficam criticando a gestão anterior.

Em resposta aos senadores, o presidente da Contag resumiu afirmando que o país precisa elaborar planos para o setor, priorizando a agricultura fami-

liar e os programas de extensão rural e capacitação dos agricultores. Ele observou, no entanto, que os desiguais (referindo-se aos pequenos agricultores)

não podem ser tratados da mesma maneira que os médios e grandes.

– Não existe milagre. Vamos colocar todos em pé de igualdade, o governo deve definir metas e recursos, e

acabar com a impunidade dos crimes agrários – recomendou Manoel dos Santos.

Ao final da reunião, Alvaro Dias leu comunicado em que o relator, deputado João Alfredo, informava que não pôde acompanhar o fim da audiência devido a uma crise hipertensiva, tendo sido encaminhado ao serviço médico da Casa.

Ana Júlia lembra chacina em Eldorado dos Carajás e condena a impunidade

Emenda garante verba mínima para irrigação por mais dez anos

■ Proposta oriunda do Senado mantém 20% de recursos para o Centro-Oeste e 50% para o Nordeste

Em sessão solene do Congresso, foi promulgada ontem a Emenda Constitucional 43, que prorroga por dez anos artigo das Disposições Transitórias que determina a aplicação de percentuais mínimos de recursos destinados à irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. O prazo atual termina neste ano. A proposta não modifica os percentuais, que continuam sendo de 20% para



SOLENIDADE Sarney, entre João Paulo Cunha e Inocêncio Oliveira, preside sessão em que foi promulgada a emenda constitucional

o Centro-Oeste e de 50% para o Nordeste, preferencialmente no semi-árido.

Durante a discussão da pro-

posta de emenda constitucional no Senado, no ano 2000, o autor da iniciativa, então senador Mauro Miranda, argumen-

tou que o fim desse benefício constituiria um retrocesso, em razão do avanço dos projetos de irrigação no país.

– A não-aplicação desses percentuais significará o aumento das dificuldades das populações do Nordeste e do Centro-Oeste – disse Miranda, apontando “valiosa experiência de agricultura irrigada no Vale do São Francisco, região de Petrolina (PE), com alta produtividade, qualidade e lucros crescentes, graças à irrigação”.

A sessão do Congresso também se destinava ao exame de mensagens presidenciais, mas não houve quórum para votação. PFL e PSDB se colocaram em obstrução.

Lúcia Vânia defende criação de plano diretor

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou satisfação com a promulgação da emenda constitucional que prorroga por dez anos a aplicação de percentuais mínimos, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, de todos os recursos federais destinados ao setor de

irrigação no Brasil. Ela informou ao Plenário que vai apresentar proposta para a criação de um Plano Diretor de Irrigação Regional.

– Tenho notícias de que na gestão do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) no Ministério da Integração Nacional esse plano

até já havia sido iniciado. A proposta que elaborei mudará consideravelmente o panorama atual, pois induz um planejamento ordenado e contribuirá consideravelmente para o cumprimento do dispositivo constitucional ora prorrogado – afirmou Lúcia Vânia.



VANTAGEM Proposta auxiliará cumprimento do dispositivo constitucional, diz Lúcia Vânia



CONTRIBUIÇÃO No encontro com Paulo Paim, visitantes ofereceram ajuda financeira americana para o Brasil combater desigualdade racial

Paim recebe parlamentares dos EUA afro-descendentes

Representando o presidente do Senado, o vice-presidente Paulo Paim recebeu ontem um grupo de parlamentares norte-americanos de afro-descendência. Os visitantes convidaram o parlamentar a conhecer o trabalho realizado naquele país no campo dos direitos humanos e ofereceram ajuda financeira para o Brasil combater a desigualdade racial.

Acompanhados no encontro

pela ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Nacional de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, os representantes democratas William Lacy Clay, Carolyn Kilpatrick e Donna Christian-Christensen afirmaram que, mediante um pedido do governo brasileiro, feito por meio da embaixada, podem enviar recursos para o Brasil avançar em suas políticas de igualdade racial.

Relator do estatuto sobre a igualdade racial visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, o senador Paulo Paim (PT-RS), acompanhado do deputado Reginaldo Germano (PP-BA), relator do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara.

O deputado disse que aproveitou em seu relatório o texto do projeto de Sarney sobre o sistema de cotas para estudantes negros, e veio conversar com ele sobre as dificuldades de aprovação da matéria.

Sarney recebeu ainda o presidente da Subcomissão de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais, Papaléo Paes (PMDB-AP), o vice-presidente, Augusto Botelho (PDT-RR), o relator, Mão Santa (PMDB-PI), e o senador Marco Maciel (PFL-PE), preocupados com o atendimento dos pacientes de insuficiência renal através do Sistema Único de Saúde.

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, Washington Luiz Correia, que acompanhou os senadores, o preço pago pelo SUS às clínicas, de R\$ 113 por sessão, é insuficiente e, caso não seja atendida a reivindicação de aumentar este valor para R\$ 170, poderá haver colapso no atendimento aos doentes.

Também visitou José Sarney o empresário chinês Wang Jun, presidente do grupo empresarial Citic. A estatal chinesa, que controla cerca de 80 bilhões de dólares em investimentos e ativos, está iniciando operações no Brasil, onde pretende selecionar projetos nas áreas de infra-estrutura e produção de álcool e de soja.

A Citic conta, no país, com assessoria do grupo Brasilinvest, cujo presidente, Mário Garnero, acompanhou a audiência.

Ana Júlia destaca apoio de Lula ao governo do Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) sustentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou nesses 16 meses de administração a orientação dos investimentos públicos, citando como exemplo o estado do Pará.



Ana Júlia lembra que governador é do PSDB

– Lula assinou contratos com o governo do Pará, inclusive para a área de saneamento, com verbas de R\$ 81 milhões. Para que o dinheiro chegue ao caixa da Companhia de Saneamento do Pará basta que ela apresente toda a documentação necessária – informou a senadora.

Ana Júlia lembrou que o governador do seu estado não é do PT, e sim do PSDB. Para a senadora, isso contesta as afirmações dos parlamentares de oposição de que o governo Lula estaria privilegiando estados governados por pessoas filiadas ao PT ou que integram a base de apoio ao governo federal.

João Ribeiro pede negociação com garimpeiros

Em discurso no Plenário, o senador João Ribeiro (PFL-TO) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que determine à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, a criação de uma comissão encarregada de ir à cidade de Araguaína (TO) negociar com cerca de 600 garimpeiros que estão acampados às margens da Rodovia 153 (a Belém-Brasília), ameaçando bloqueá-la.

Eles reivindicam a aprovação do Estatuto do Garimpeiro, o recadastramento nacional dos garimpeiros, principalmente dos que estão em Serra Pelada, e acesso a créditos da Caixa Econômica Federal e outras instituições, informou.

João Ribeiro disse que, na terça-feira, os garimpeiros haviam atendido a uma solicitação sua para que não voltassem a bloquear a estrada. No entanto, prosseguiu, agora eles ameaçam fechá-la até que as reivindicações sejam atendidas.



João Ribeiro dirige apelo ao governo federal

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim e Papaléo Paes